

O desinteresse do presidente

Que destino terá o pacto social que os homens de negócios — e de aguda consciência de sua responsabilidade social e política —, reunidos no chamado Fórum Informal dos Empresários, desejam ver concertado entre governo, empresários e trabalhadores? Analisadas as coisas com isenção, a resposta só pode ser uma: nenhum.

Alguém poderia dizer que estamos sendo pessimistas em excesso. Afinal, a dúvida que levantamos pela primeira vez, quando o presidente eleito Tancredo Neves cogitou de repetir no Brasil o exemplo espanhol, de certa forma foi respondida. Inquirímos, àquela época, quem iria assinar o pacto. A iniciativa dos empresários do Fórum Informal, adotada anos depois que se pensou no assunto, responde em parte à questão; resposta tanto mais positiva quanto se sabe que há poderosas forças sindicais que estão prontas a subscrever acordo que tente pôr fim à inflação. Nesse sentido, haveria sobejas razões para dizer que será possível (ao menos em teoria) reduzir a escalada inflacionária e permitir que o tempo, a mudança de mentalidades e o esforço produtivo de todo um povo ponham termo à desvalorização constante da moeda.

Há um pormenor, porém, da maior relevância. Hoje já se tornou parte integrante do discurso de uns e outros — empresários, líderes trabalhistas, jornalistas, estudiosos do assunto — que ou se enfrenta o problema do déficit público, ou não há possibilidade de combater a inflação. Essa, aliás, é a condição imposta pelos empresários do Fórum Informal para assumir suas responsabilidades perante a Nação: que o governo se disponha a fazer sua parte. Ora, é quando se examinam as atitudes governamentais, mais especialmente a reação do presidente Sarney à iniciativa paulista, que a dúvida nos assalta.

O presidente Sarney esteve em São Paulo para a inauguração do Teatro Municipal e,

conversando com o presidente da Fiesp, deu sinal verde para que as negociações prosseguissem no âmbito do que se pode chamar de sociedade civil. Em Brasília, porém, segundo o relato dos líderes do governo no Congresso e na Constituinte, o entusiasmo do sr. José Sarney arrefeceu: sem deixar de elogiar a atitude do sr. Mário Amato e de seus colegas de associações empresariais, disse que o governo nada fará. "O governo agora não se mete mais nisso."

Esse recado, transmitido pelo deputado José Lourenço, traduz o ânimo do Planalto com relação à crise. Não se meterá, por quê? Pela simples e boa razão de que no passado o presidente Sarney tentou fazer alguma coisa de parecido e não obteve êxito. Assim, magoado, retira-se de cena. Se a iniciativa paulista der certo, bem; se não der, culpa dos outros. O governo — é o recado que transparece das queixas transmitidas com muita sutileza — já está fazendo o que é importante (reduzir o déficit para 4% do PIB) e nada mais tem a dizer. A postura seria olímpica se não traduzisse ressentimento. O senador Salданha Derzi completou o quadro psicológico com que o chefe de governo emoldura a ação dos empresários paulistas: "O presidente já fez vários apelos e não obteve sucesso. Agora, ele torce para que Mário Amato seja bem-sucedido".

Tudo acontece como se o presidente da República considerasse a questão da inflação coisa que não lhe diz respeito, tanto assim que, lembrando as vezes em que fez apelo às forças empresariais e sindicais, prefere não correr o risco de novamente não ser atendido. O exercício do poder aparece, nessa visão das coisas, como uma relação pessoal entre o chefe de governo e os outros; mais do que uma relação pessoal, uma relação paternal. O pai fez os apelos, os filhos não atenderam. Virem-se.

Na verdade, o presidente se esquece de que os apelos anteriores foram feitos quando a CUT aparecia como senhora absoluta do cenário sindical-trabalhista, e especialmente quando os empresários não tinham razões maiores para confiar na capacidade política de o governo reduzir o déficit público. Estavam dispostos a fazer sua parte, mas queriam o compromisso de que o governo faria a sua. Como o Executivo, no alto de sua sapientia, exigia o contrário — isto é, que empresários e trabalhadores entregassem a cabeça ao cutelo —, nada foi possível. Esse foi o malogro a que o chefe de governo se submeteu e que agora cobra dos empresários, esquecendo-se de que o drama da inflação aflige os pobres — os que recebem o leite pago pelo povo para que Sarney mande distribuir —, e de que a função do presidente da República é fazer apelos mil vezes, ser rejeitado mil vezes e ser bem-sucedido na milésima primeira.

Essas comezinhas questões de moral política não crescem em Brasília. Da mesma maneira que não se pensa, no Planalto, que na medida em que o Estado é responsável por 60 a 70% da formação bruta do capital fixo, ele deverá fazer sua parte (e como) no pretendido pacto social, sob pena de inviabilizá-lo. Sob pena, convém lembrar, de uma hiperinflação que fará saltar pelos arés o que ainda resta da solidariedade social e dos fundamentos das instituições políticas.

O sr. José Sarney sabe que a Assembléa Nacional Constituinte começa a dar sinais de que não votará a Constituição antes de novembro — criando assim um vazio constitucional maior do que o já existente —, e conhece de literatura os efeitos da hiperinflação. Assim, só cabe uma pergunta, diante do des-caso com que o presidente Sarney encara a iniciativa dos empresários e sindicalistas paulistas: estará s. exa. jogando na explosão?